E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS EM TORNO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM TENTATIVAS DE CONTROLE DA DOCÊNCIA NAS POLÍTICAS EM CURSO

Cláudia Vasconcellos[1]
Rosanne Dias[2]

Resumo: Em busca da hegemonia em complexas arenas de disputa pela produção de políticas de currículo pautadas em um modelo regulador, observamos em nossas pesquisas, articulações discursivas na tentativa de controlar tanto o currículo quanto a docência. Neste sentido, operando com os aportes pós-estruturalistas e ancoradas nas importantes contribuições da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), das redes políticas discutidas por Ball (2020) e das relevantes pesquisas sobre políticas de currículo e docência de Lopes e Macedo (2011), Lopes (2015 e 2017) e Macedo (2014) a presente pesquisa tem como objetivo analisar os discursos que almejam alcançar a hegemonia na tentativa de controlar a (form)ação docente. Estes têm sido construídos por uma ampla rede de articulação, que vem produzindo demandas, consensos e a fixação de sentidos para a docência. Nesta análise, procuramos dar destaque para os discursos produzidos pelo Movimento pela Base, que tem se mostrado uma atuante rede política durante o processo de articulação da BNCC e que não vem medindo esforços para dar andamento à política em curso. Em diferentes materiais publicados por este Movimento percebemos articulações discursivas que inferem na padronização do trabalho e formação docente, com a justificativa de ser esse um fator importante para o alcance da educação de qualidade. Apontamos, ainda, que a política curricular em curso não tem considerado os movimentos contínuos dos professores na significação do seu trabalho com o currículo escolar.

Palavras-chave: Política de Currículo. Docência. Tentativas de controle.

DISCURSIVE ARTICULATIONS AROUND THE COMMON CORE STATE STANDARDS IN ATTEMPTS TO CONTROL TEACHING IN CURRENT POLICIES

Abstract: In search of hegemony in complex arenas of dispute over the production of curriculum policies based on a regulatory model, we have observed in our research discursive articulations in an attempt to control both the curriculum and teaching. In this sense, operating with post-structuralist contributions and anchored in the important contributions of Laclau and Mouffe's Discourse Theory (2015), the political **networks** discussed by Ball (2020) and the relevant research on curriculum and teaching policies by Lopes and Macedo (2011), Lopes (2015, 2017) and Macedo (2014), this research aims to analyze the discourses that seek to achieve hegemony in an attempt to control teacher (form)action. These have been constructed by a broad network of articulation, which has been producing demands, consensus and the establishment of meanings for teaching. In this analysis, we tried to highlight the discourses produced by the "Movimento pela Base", which has been an active political network during the process of articulating the BNCC and

[1] Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa "Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura". Técnica Universitária na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail de contato: claudiavasconcellos1709@yahoo@yahoo.com.br.

[2] Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura. Líder do GRPesq CNPq Políticas de Currículo e Docência. Procientista da UERJ e Jovem Cientista do Nosso Estado – FAPERJ. E-mail de contato: rosanne_dias@uol.com.br.

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

which has been sparing no effort to move the policy forward. In different materials published by this Movement, we see discursive articulations that infer the standardization of work and teacher training, with the justification that this is an important factor in achieving quality education. We also point out that the current curriculum policy has not taken into account the continuous movements of teachers in the meaning of their work with the school curriculum.

Keywords: Curriculum policy. Teaching. Attempts at control.

ARTICULACIONES DISCURSIVAS EN TORNO A LA BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL EN LOS INTENTOS DE CONTROLAR LA ENSEÑANZA EN LAS POLÍTICAS EN CURSO

Resumen: En la búsqueda de hegemonía en complejas arenas de disputa por la producción de políticas curriculares basadas en un modelo normativo, observamos en nuestra investigación articulaciones discursivas en un intento por controlar tanto el currículo como la enseñanza. En este sentido, operando con aportes posestructuralistas y anclados en los importantes aportes de la Teoría del Discurso de Laclau y Mouffe (2015), las redes políticas discutidas por Ball (2020) y las relevantes investigaciones sobre políticas curriculares y de enseñanza de Lopes y Macedo (2011), Lopes (2015, 2017) y Macedo (2014), esta investigación tiene como objetivo analizar los discursos que buscan alcanzar la hegemonía en un intento de controlar la (form)acción docente. Estos han sido construidos por una amplia red de articulación, que ha producido demandas, consensos y establecimiento de significados para la enseñanza. En este análisis, hemos intentado destacar los discursos producidos por el Movimento pela Base, que ha sido una red política activa durante el proceso de articulación del BNCC y que no ha escatimado esfuerzos para impulsar la política en curso. En diferentes materiales publicados por este Movimiento, vemos articulaciones discursivas que infieren la estandarización del trabajo y de la formación docente, con la justificación de que este es un factor importante para lograr una educación de calidad. También señalamos que la actual política curricular no ha tenido en cuenta los continuos movimientos de los profesores en el sentido de su trabajo con el currículo escolar.

Palavras-clave: Política curricular. Enseñanza. Intentos de control.

Introdução

Na década de 1990 a preocupação com a profissionalização docente vinculada à formação e às condições de trabalho ganhou relevo. Também obteve espaço na produção de políticas educacionais para os países e ibero-americanos latino-americanos, articuladas por Organismos Internacionais, a necessidade de avaliar os docentes como forma de melhorar a qualidade educacional (Dias, 2021). Desse modo, hegemonizaram-se, tanto no cenário nacional como no internacional, os discursos que associam os problemas de aprendizado e da dita qualidade ao desempenho dos professores, à sua atuação e também à sua formação (Dias; Farias; Souza, 2017). Essa visão intensificou, por exemplo, as políticas de responsabilização,

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

com estruturação de incentivos financeiros em função de seu desempenho, colocando o docente na posição de responsável por melhorar a qualidade do ensino.

Desde o período citado até a mais presente data, têm sido propagados nos documentos políticos e também veiculados pelas mídias sociais, discursos que tentam apontar a "ineficácia" das escolas. Esses discursos são frutos de intensos debates que circulam não só na mais alta cúpula dos governos, mas na sociedade civil em geral, inclusive dentro das academias e entre os próprios professores. Com a hegemonização desses discursos, justifica-se a demanda por uma produção de um manual detalhado que possa orientar esse profissional, ou seja, de uma Base Comum, capaz de direcionar seu trabalho.

É válido ressaltar que as políticas não são produzidas de forma simples e linear, representando o interesse somente de um determinado grupo ou simplesmente do Estado. Muito pelo contrário, elas são constituídas por complexos processos de negociações. Ou seja, são construídas em terreno antagônico, repleto de interesses diversos. Esses interesses se articulam com o objetivo de criar consensos, muitas vezes conflituosos (Mouffe, 2016), em prol de um discurso que se apresente como hegemônico, ainda que contingente e provisório (Laclau; Mouffe, 2015). É dentro dessa arena de disputas e a partir de cadeias de equivalências instáveis que foi produzida, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refletindo uma luta política por significação (Lopes; Macedo, 2011).

Dessa forma, diferentes grupos políticos públicos e privados intensificam suas redes de articulação e produção de demandas para tentar, mesmo que inseridos em uma arena de disputas e conflitos, hegemonizar sentidos que viabilizem a tal da educação de qualidade.

Durante o período de elaboração das diferentes versões da BNCC muitos embates foram travados, gerando um vasto debate no campo da educação. Mas estas articulações não foram feitas em um terreno livre de conflitos e antagonismos. Muitos foram os críticos que se apresentaram durante seu processo de elaboração. Dentre eles podemos destacar a atuação da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e da Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Brasileira de Currículo (ABdC).

Seguindo no caminho inverso ao dessas associações, o Movimento pela Base representou uma atuante rede política que lutou para impulsionar a elaboração da BNCC. Desde

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

2013 essa "rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições" tem se dedicado a observar a qualidade da elaboração e implementação do documento. Esse Movimento reúne apoio de grandes instituições como, por exemplo, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, além de representantes governamentais, como a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSEd). Essa rede teve não só uma significativa atuação durante o processo de construção como vem atuando com engajamento para colocar em marcha a BNCC.

Após muitas versões (Brasil, 2015, 2016), o documento final da Base foi efetivamente homologado em 2018, definindo então um conjunto de aprendizagens "essenciais" que todos os estudantes devem desenvolver ao longo do seu percurso educacional na Educação Básica (Brasil, 2018). Este documento apresenta a pretensão de nortear a produção curricular dos sistemas escolares de todo o país, pautando-se em competências e habilidades. Nas primeiras linhas de sua apresentação o documento já evidencia a hegemonização do discurso sobre a busca da educação de qualidade, afirmando ser a peça central para alcançá-la, como podemos constatar: "A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção" (Brasil, 2018, p. 5). Além disso, admite sua influência tanto na formação inicial e, continuada de professores, quanto na produção de materiais e nas avaliações nacionais.

Considerando todo o processo de sua articulação e os sentidos hegemonizados em favor de uma educação de qualidade, podemos indicar que "está em curso a construção de uma nova arquitetura de regulação" relacionada "à possibilidade de controle do que será ensinado e aprendido" (Macedo, 2014, p. 1549). Se refletirmos sobre a questão da docência, evidencia-se um discurso de que a formação dos professores precisa ser revista e vinculada aos conteúdos que deverão ser ensinados.

Neste sentido, abordamos neste artigo alguns aspectos que foram desenvolvidos na pesquisa de dissertação de mestrado, que pretendeu interpretar os discursos que almejam alcançar a hegemonia e que têm tentado controlar a (form)ação docente. Para isso, dividimos a presente produção em três seções, acrescida das considerações finais. Na primeira, analisamos a ação do Movimento pela Base (MPB), que se mostrou uma rede política atuante durante o processo de articulação (e aprovação) da BNCC e que não vem medindo esforços para dar

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

andamento à política em curso e apresentamos como ele vem produzindo demandas e sentidos para o currículo e para a docência. Na segunda seção, buscamos interpretar alguns mecanismos de controle e regulação dos currículos e da (form)ação dos professores. Na terceira seção, destacamos os discursos produzidos pelo Movimento pela Base, analisando, especificamente, o documento "Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC". Por último, tecemos algumas considerações que buscam contribuir para a reflexão sobre as articulações discursivas que são apresentadas nas políticas em curso.

Assumimos maior complexidade da presente pesquisa ao reconhecer que a produção desta política ainda se encontra em desenvolvimento. Apesar disso, compreendemos que esta é uma forma de intensificar os debates sobre os sentidos que estão sendo produzidos sobre e para a docência, refletindo sobre os discursos que tentam ser hegemônicos nas políticas.

Ressaltamos que operamos com a lógica pós-estruturalista e com as contribuições dos estudos da Teoria de Discurso de Laclau e Mouffe (2015), por se apresentar como uma potente "ferramenta de compreensão do social" (Mendonça, 2012, p. 153). Procuramos, ainda, articular as contribuições das redes de políticas de Ball (2020) para analisar, no andamento da atual política curricular (BNCC), os discursos que tentam controlar a ação docente. Assumimos, dessa forma, a tentativa de ampliar a compreensão da política como algo que não é produzido somente pela figura do Estado, mas por processos complexos que envolvem novas redes de políticas globais (Ball, 2020), compostas por diferentes atores e que articulam seus mais diversos interesses. Essas redes "constituem uma nova forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, e colocam em jogo, no processo de políticas, novas fontes de autoridade" (Ball, 2020, p. 34).

O recorte temporal escolhido foi do período após a aprovação da versão final da BNCC, em 2018, até meados de 2023. Como material empírico utilizamos a BNCC – Educação Básica (Brasil, 2018), os Relatórios Anuais do Movimento pela Base (Movimento pela Base, 2021 e 2022) e o documento "Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC" (Movimento pela Base, 2019a). Em nossa análise, estes documentos apresentam uma tentativa de controle da ação docente, bem como a inferência de padronização do trabalho e formação desses profissionais, com a justificativa de ser esse um fator importante para o alcance da educação de qualidade e com equidade.

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

O Movimento pela Base: uma rede produzindo demandas e sentidos para o currículo e para a docência

As demandas em prol de uma base nacional comum curricular não apareceram somente durante a década de 2010 e nem representaram um "produto verticalizado de um governo" (Lopes, 2017, p. 111). Tampouco foram articuladas apenas por um determinado grupo de atores sociais ou movimento. Mas foi nessa década, principalmente, que ocorreu uma intensa articulação em prol de sua aprovação. Muitos atores participaram dessa arena política, entrando em disputa pela produção de uma política curricular que alcançasse a hegemonia. Neste contexto, pode-se afirmar que "foi com a criação do Movimento pela Base e as demandas do terceiro setor que a BNCC ganhou força" (Araujo, 2022, p. 18).

Nesse processo de disputas e articulações de demandas pela centralização curricular no jogo político, ficou demonstrado o fortalecimento de determinados grupos que compõem as redes de governanças globais (Ball, 2020). Vale ratificar que essas redes, demonstram grande disposição para oferecer soluções para os "problemas" enfrentados pela educação (*Ibidem*). Desta maneira, justificam a necessidade de suas ativas atuações no processo articulatório de elaboração de políticas curriculares e educacionais. Segundo Macedo (2014, p. 1538), "nos termos da teoria do discurso, as redes são constituídas quando demandas específicas e distintas se tornam equivalentes e constituem, nesse movimento, comunidades políticas pelo partilhamento, contingente, dessas demandas".

No pensamento de Ball (2020), as redes políticas de influência se formam e se articulam com diversos atores sociais que objetivam cuidar dos problemas enfrentados pela esfera pública, utilizando ferramentas do privado. Neste sentido, as políticas educacionais vão se configurando em meio a uma oportunidade de negociação e, principalmente de lucro, o que Ball (2020) nomeia de *edu-business*. Com isso, os empreendedores de políticas educacionais atuam no jogo político produzindo sentidos, fortalecendo suas demandas e as articulando em seus projetos. Revelando, ainda que não seja de forma direta e clara, o discurso de luta contra a "crise do sistema educacional". Uma relevante linha antagônica (Laclau; Mouffe, 2015) capaz de motivar suas práticas articulatórias.

Importantes instituições se destacaram durante a disputa pela política curricular e representaram fortes pontos articuladores. Entre elas, realçamos o Movimento pela Base. Neste

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

sentido, cabe ressaltar que o realce dado nesta pesquisa ao referido Movimento é feito não só pela sua composição em rede, reunindo instituições que se destacam no desenvolvimento de políticas educacionais, mas também por toda "dedicação" empenhada através de recursos humanos e financeiros para impulsionar tanto a elaboração da BNCC quanto seu andamento, nomeado na política como processo de "implementação".

Dito isto, faz-se necessário relembrar o contexto social e político vivido na época de sua criação e da evolução de suas ações, bem como das articulações realizadas pelo terceiro setor em prol de uma Base Nacional Comum Curricular.

Antes da criação do Movimento pela Base, a Fundação Lemann já vinha se articulando em favor da produção de uma Base Nacional Curricular. Inclusive, a partir de 2013, a referida Fundação promoveu diversos eventos de iniciativa própria ou realizados em parceria com entidades públicas. Alguns desses eventos contaram com nomes de peso no campo da educação e do currículo, através da participação dos pesquisadores Michael Young, da Universidade de Londres, e Susan Pimentel, da *Student Achievement Partners*, por exemplo (Macedo, 2014). Nesses encontros foi apresentado um "estudo comparativo de sistemas educativos em diferentes países" (Macedo, 2014, p. 1542), bem como debates sobre a necessidade da centralização curricular para melhoria da educação e, consequentemente, do desempenho dos estudantes nas avaliações.

Ainda no ano de 2013 a Fundação Lemann em parceria com a Universidade de Yale (EUA), realizou duas edições do Seminário "Liderando Reformas Educacionais". Nestes eventos, foram discutidas as vantagens da unificação do currículo escolar, usando como exemplo de análise a experiência com o Common Core, a base nacional estadunidense.

De acordo com um documento publicado pela Fundação Lemann (2022), teria sido a partir das discussões fomentadas pelos Seminários e a união de novos atores, interessados em aprofundar mais o planejamento de estratégias para a produção de uma base nacional curricular brasileira, que foi viabilizada a criação do Movimento pela Base. Dentre esses novos atores, estavam envolvidos em sua criação "acadêmicos, organizações do terceiro setor e membros do setor público" (Fundação Lemann, 2022, p. 31) e, principalmente, a Fundação Lemann. Em destaque também estava a construção (e manutenção) de diálogo, tanto da Fundação Lemann quanto do recém criado Movimento pela Base, com as principais entidades públicas,

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

responsáveis pela tomada de decisão, como o MEC, o CNE, o CONSED, a UNDIME e até mesmo com membros do Congresso Nacional. De acordo com Araujo (2022), o Movimento pela Base representa uma das ações de "maior magnitude" da Fundação Lemann, no que diz respeito sobre a BNCC. "Isso, talvez, porque o Movimento pela Base não traga diretamente o nome de uma instituição, mas um conjunto delas que junto se movimenta em prol da política educacional" (Araujo, 2022, p. 94).

No cenário apresentado não fica difícil perceber o estreitamento das relações entre o público e privado, borrando cada vez mais os limites entre mercado, economia, Estado e sociedade civil. A equipe que compõe o Movimento pela Base (Movimento pela Base, 2022), por exemplo, tem sido composta por atores que ora estão atuando na esfera privada, ora na esfera pública, ampliando ainda mais sua capacidade de atuação. Essa é uma das características mais notáveis da rede política que se articula em torno da BNCC, "a estreita relação entre as esferas públicas e privada" (Araujo, 2022, p.156). Essa relação não se constitui apenas através da circulação de investimentos entre as duas esferas, mas, sobretudo pela circulação de pessoas que ocupam cargos em cada uma delas ou até mesmo em ambas, ao mesmo tempo. Com isso, eles vão mobilizando estados e municípios na reformulação de currículos, articulando ações e demandas de diferentes setores privados, públicos (como por exemplo, o CONSED e a UNDIME) e da sociedade civil.

É o que Ball (2020) considera como uma reterritorialização das políticas e uma nova forma de governamentabilidade. Segundo o autor, esses limites estão sendo "reformulados, conforme as linguagens, as práticas e os valores convergem e atores e discursos movem-se" (Ball, 2020, p. 220). "Como num caleidoscópio, constroem-se diferentes paisagens, nas quais princípios de mercado são apresentados como a solução para os problemas criados pela má gestão do setor público" (Macedo, 2014, p.1538).

Nessa mesma linha, desde seu surgimento, em 2013, o Movimento pela Base atuou, principalmente, na produção de consensos positivos (na defesa) sobre a BNCC, além de engajar-se para torná-la "uma agenda pública relevante para a sociedade brasileira" (Fundação Lemann, 2022, p. 33). Para isso, aplicou como estratégias a realização de encontros nacionais e até mesmo internacionais para fomentar "a discussão e construção de consensos" (Fundação Lemann, 2022, p. 33); fomentou a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de dar

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

subsídios para essas discussões; articulou-se com "atores-chave do cenário educacional" (Fundação Lemann, 2022, p. 34), promovendo uma constante articulação com os agentes do governo brasileiro; realizou a "pactuação de documentos de posicionamento, explicitando consensos mínimos que pautavam a atuação do movimento e dos atores em prol da base" (Fundação Lemann, 2022, p. 34).

Sua articulação foi se fortalecendo e sua influência no jogo político também. Para exemplificar essa afirmação, vale citar o destaque dado no PNE (Lei nº 13.005/2014) sobre a necessidade da criação de uma base nacional comum curricular. Desta forma, após aprovação do PNE (com referência a necessidade de criação de uma base comum) e da divulgação da primeira versão da Base (Brasil, 2015), se fortaleceu ainda mais o debate sobre direito à educação, à igualdade, à equidade e à qualidade, promovidos por diferentes grupos e redes e, principalmente, pelo Movimento pela Base. Esses debates serviram para articular tais demandas em prol de uma política educacional que fosse capaz de garanti-las e que ao mesmo tempo pudesse "lutar" contra a crise do nosso sistema educacional, tendo como ponto almejado o alcance da qualidade da educação.

Aproveitando o momento oportuno, diferentes atores sociais, grupos e instituições, passaram a se organizar e mobilizar ações que contribuíssem para sua aprovação.

Conforme aponta Araujo (2022), o terceiro setor foi fundamental para manter a ideia de uma Base Nacional viva e em intenso debate, independente do cenário político conturbado que vivíamos diante do *impeachment* da Presidenta Dilma Rosseff. Ainda segundo a autora, esse grupo fez um trabalho para vincular a BNCC apenas como uma política educacional, desprovida da ação de um partido político com caráter suprapartidário.

Além de ser proposto e defendido por uma ampla cadeia articulatória, para que o projeto de um currículo nacional se tornasse hegemônico, ainda era preciso torná-lo um consenso positivo, sobretudo, perante a sociedade, mobilizando-a em favor de sua aprovação e "implementação". Neste cenário, o Movimento pela Base passou a intensificar suas ações, ampliando sempre que possível sua rede de atores, garantindo a participação mais heterogênea possível.

O engajamento do Movimento pela Base e da coalização liderada por outros Institutos e Fundações cresceu e se fortaleceu ao longo dos anos. Segundo os dados apresentados no Relatório Anual de Atividades do Movimento pela Base, publicado em 2021, quando as

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

atividades do MPB foram de fato iniciadas, ainda em 2014, a rede contava com uma média de 20 pessoas/ instituições parceiras. Esse número, em 2021 passou de "80 pessoas e instituições" que "formam uma rede não governamental, plural, apartidária e cheia de conhecimentos diversos" (Movimento pela Base, 2021, p. 31).

A apresentação de uma rede ampla e plural formada por pessoas "com vivência do chão da escola, de universidades, das secretarias de ensino, do terceiro setor e de tantos outros espaços importantes para o fortalecimento educacional" (Movimento pela Base, 2021, p. 30) parece ser uma estratégia que busca fortalecer ainda mais a articulação de projetos do Movimento e seus discursos. Uma tentativa de fortalecimento para articular as demandas em prol de um projeto de restruturação curricular, para induzir ações no campo e influenciar/definir nas políticas, ainda que para isso seja preciso "mexer em estruturas profundas do nosso sistema educacional" (Movimento pela Base, 2021, p. 12).

Neste sentido, é possível perceber também que a constituição de uma rede ampla, composta por uma gama variada de atores sociais e políticos, faz parte da estratégia de ação contra um sistema educacional que precisa ser "revisto", "alterado", porque se encontra em crise. Essa composição constituída para dar maior legitimidade às ações do MPB tem potencializado e reafirmado o discurso (que tenta ser) hegemônico em defesa da necessidade de uma Base Nacional Comum e de sua "implementação" como medida garantidora da qualidade e equidade, capaz de corrigir as defasagens existentes. Projeto ambicioso e extremamente articulado durante todos esses anos!

Através dessas ações, e de outras estratégias de mobilização, eles tentam aproximar a produção da política, que teoricamente aconteceria no espaço legislativo, e sua discussão da sociedade civil. Nessa articulação, nessa negociação de sentidos e nessa busca por produções de consensos positivos sobre a aprovação e, atualmente, sobre os avanços na "implementação" da Base é que eles vêm produzindo e publicando uma série de materiais. São reportagens, relatórios, análises técnicas, guias, roteiros, matérias que expõem "boas práticas" de profissionais da educação, além de pesquisas, entrevistas e vídeos.

Em outras palavras, o MPB tem usado como estratégia a produção de uma gama diversificada e numerosa de materiais, curadorias, além da organização de seminários com a participação de diferentes especialistas. Estas publicações versam sobre o monitoramento da

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

educação e da docência, gestão de currículos, formação continuada, produção de materiais didáticos e avaliações.

Os sentidos produzidos pela BNCC e articulados pelo Movimento pela Base operam com uma noção de conhecimento que está voltado para resolução dos problemas sociais. "O conhecimento torna-se assim algo dado, determinado, a ser distribuído de forma igualitária aos estudantes das escolas e avaliado por meio de sistemas centralizados de exames. (Lopes, 2017, p. 116). E através desses conhecimentos elegidos como essenciais para todos é que se regula o currículo e a forma como ele será praticado pelos professores.

E assim vão sendo construídos os discursos em prol da BNCC. Discursos que promovem um sistema constituído pela articulação de demandas que em um dado momento se tornaram equivalentes contra a crise do sistema de educação, contra, principalmente o discurso que aponta para a má qualidade educacional em nosso país.

Interpretando (alguns) mecanismos de controle e regulação dos currículos e da (form)ação dos professores

Segundo os discursos do MPB, para ter "êxito" nesse projeto sistêmico, que envolve o ensino regulado e prescritivo de conhecimentos essenciais, é preciso vincular os materiais didáticos, as avaliações e as formações de professores à Base. Mais do que somente vincular é preciso monitorar e acompanhar, o mais de perto possível, o desenvolvimento de todo esse processo cuidadosamente articulado, estabelecendo diversas estratégias de ações, além de parcerias com diferentes atores sociais. E aqui não estamos, apenas, indicando as parcerias com grupos privados ou grandes conglomerados empresariais, mas, sobretudo, com a relação estabelecida junto com poder público e com a sociedade civil, professores e entidades educacionais. Através dessas relações é que o Movimento pela Base procura criar consensos mais sólidos capazes de garantir a "legitimidade" dos seus passos (Movimento pela Base, 2021, p. 8).

Desta forma, o MPB tem reafirmado sua participação e engajamento nas atividades de monitoramento e alinhamento da BNCC junto ao Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (Movimento pela Base, 2021, p. 8), além das formações de professores para "implementação" da Base, publicando materiais em seus sites e divulgando suas ações em relatórios anuais que tratam

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

desses tópicos. Outrossim, divulgam periodicamente a situação da "implementação" da BNCC nos currículos estaduais e municipais, do retorno das atividades escolares presenciais e sobre o cronograma de implementação do novo Ensino Médio, por exemplo.

Em defesa dessa ação de acompanhamento e monitoramento, o MPB argumenta que tem tentado dar "visibilidade e clareza aos principais marcos das políticas, publicando informações sobre a (re)elaboração dos currículos municipais e estaduais", além de compartilharem "boas práticas de implementação para orientar o trabalho nas redes" (Movimento pela Base, 2021, p.5).

Ao final de todo mês a equipe do Movimento pela Base produz e publica um editorial que apresenta o andamento da BNCC nas redes de ensino. Além desse editorial eles também publicam em seu site, "Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio[3]" e em suas redes sociais, análises, notícias e infográficos com porcentagens de adesão dos Estados e Municípios na "implementação" da BNCC, conforme pode ser observado na figura 1:

Figura 1 – Informações sobre a implementação da BNCC em todas as etapas de ensino

Fonte: Imagem extraída do site Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio (Movimento pela Base; Observatório c2023, n.p.). Disponível em: www.observatorio.movimentopelabase.org.br. Acesso em: 03 jul. 2023.

O (aparente) incansável monitoramento realizado, também nos revela uma forte tentativa de controle do referido processo de "implementação". Esse poder de controle é

[3] Site: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/>.

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

demonstrado, por exemplo, quando publiciza suas ações. Ou seja, quando procura investigar e informar publicamente quais são os Estados e Municípios que estão com suas propostas curriculares alinhadas com a BNCC (demonstrando isso, inclusive, com infográficos); encomendar ou divulgar pesquisas/levantamentos que revelam a percepção dos profissionais da educação sobre a "implementação" da Base ou em que medida a Base está sendo "incorporada" nas escolas e práticas docentes; convidar especialistas e profissionais para debater esse movimento; divulgar uma série de reportagens e materiais sobre as "boas práticas" de professores e gestores; entre outras medidas que são veiculadas na página do Observatório e indicadas nos Relatório Anuais do Movimento, como pode ser observado nos trechos disponibilizados a seguir:

> Ao lado de Undime, Consed, Uncme e Foncede, e com a colaboração das redes de ensino e conselhos escolares, garantimos o levantamento das informações do Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, em que verificamos semanalmente a quantidade de currículos alinhados e as atividades realizadas em prol do avanço das políticas educacionais"
> [...]
> Em apenas um ano, a plataforma recebeu 163 mil usuários, dando luz aos indicadores de monitoramento dos currículos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de trazer um painel que acompanha as principais políticas e os programas nacionais que apoiam e viabilizam a implementação, tais como: formação docente, materiais didáticos, avaliações e programas de apoio ao Novo Ensino Médio. Com isso, o Observatório trouxe maior confiabilidade às informações de implementação para comunidades escolares, especialistas e membros da imprensa do Brasil inteiro.
> [...]
> Também ficamos de olho nos avanços e nas dificuldades que surgem durante o processo e no dia a dia dos educadores. Em pesquisa com mais de 24 mil profissionais da educação, realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação e pela Universidade Federal de Juiz de Fora, a pedido do Ministério da Educação, constatou-se que a maioria dos entrevistados já observa a BNCC alterando sua prática. Outro levantamento, feito por nós e pela Fundação Lemann, avalia a percepção dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em relação à coerência educacional e à implementação dos novos currículos. Os dados, apurados pelo Datafolha e analisados pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (Lepes/USP), também responsável por idealizar a pesquisa, mostram que 78,4% dos professores do Ensino Fundamental e 74% dos educadores da Educação Infantil percebem alinhamento parcial ou alto entre todos os elementos pedagógicos — conteúdos trabalhados em sala de aula, formação continuada, materiais didáticos e avaliações — e o novo currículo. Os resultados são positivos, mas mostram que ainda é preciso aprofundar a apropriação desses elementos pela comunidade educacional. (Movimento pela Base, 2021, p. 19, 20 e 21).

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

Essas publicações, além de informar, também revelam um interesse em apresentar à população em geral, inclusive profissionais envolvidos com a educação, o panorama atual, sensibilizando-os à causa e produzindo consensos. Esse é mais um ponto que ser problematizado com relação aos interesses explicitados, de forma a não naturalizarmos essas significações sobre o trabalho docente que vem sendo produzidas e apresentadas.

A produção (ou apoio na produção) de guias e orientações para os profissionais da educação (gestores e docentes) também representou mais uma das estratégias de ação do MPB, muitos deles tendo a parceria pública do MEC, da UNDIME, UNCME e do Consed.

> Em defesa da necessidade de "orientar os professores", é reiterado que os documentos homologados são extensos e estão organizados de forma a gerar dúvidas, tornando importante, do ponto de vista dessas organizações, produzir orientações para que, nas palavras de Cleuza Repulho (2019, 34min), "[...] não [se] cometa o erro de mandar todos os professores lerem toda a base, são 600 páginas, você vai ter um exército de pessoas odiando a base" (Araujo; Lopes 2022, p. 3).

Como um exemplo desses "documentos orientadores" podemos citar a publicação do "Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC", publicada no site do Movimento pela Base em 2019, fruto de análise apresentada a seguir.

Analisando o documento "Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC"

O Documento "Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC foi uma publicação independente do Movimento pela Base e amplamente divulgada em suas páginas no ano de 2019. Vale lembrar que neste ano, o processo de implementação da BNCC estava em avanço e, com isso, o MPB empenhava-se na produção (e na participação da produção) de materiais que propunham "repensar a formação continuada dos professores alinhada aos referenciais e à BNCC" (Movimento pela Base, 2019b, s. p.).

Com a finalidade de ser um guia, esse documento apresenta como objetivo orientar as secretarias, equipes formadoras e gestores escolares na organização e realização da formação continuada de docentes. Uma formação idealizada para alinhar o currículo das escolas com a BNCC. Afinal, segundo o Movimento, a "BNCC traz mudanças significativas na prática de

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

ensino" (Movimento pela Base, 2019a, p.11) que "propõe repensar o modo como se aprende e, consequentemente, a forma como se ensina" (Movimento pela Base, 2019a, p.3).

Para que tal mudança possa ser alcançada torna-se necessário, na concepção do Movimento, a elaboração de um:

> [...] planejamento cuidadoso das formações, iniciais e continuadas, a fim de que os professores sejam plenamente capacitados para inovar nas práticas pedagógicas, manter um canal de escuta aberto com os alunos e aprimorar suas próprias habilidades, tanto profissionais quanto pessoais (Movimento pela Base, 2019a, p. 11).

Desta maneira, o documento apresenta 8 (oito) critérios, ao longo de 15 (quinze) páginas, que são considerados, pelo Movimento, como sendo fundamentais para a formação docente. Além desses critérios, eles apontam diversas estratégias e questionamentos que podem nortear essas formações. Os referidos critérios apresentados são os seguintes:

> 1. A formação continuada não deve ser um evento único ou isolado;
> 2. A formação continuada é mais eficaz com materiais alinhados ao referencial curricular ou à BNCC, que indicam ao professor o como fazer e o aproximam da prática;
> 3. A formação continuada deve se apoiar nas competências, nos objetos de conhecimento/habilidades e em procedimentos e práticas pedagógicas;
> 4. A formação continuada deve proporcionar ao professor desenvolver as competências gerais por meio da vivência profissional;
> 5. A formação continuada deve reconhecer e valorizar as experiências dos professores, ajudando a transformar sua prática;
> 6. A formação continuada deve ensinar o professor a refletir sobre sua prática
> 7. A formação continuada deve identificar os desafios de aprendizagem dos professores para priorizar o que será trabalhado;
> 8. A formação continuada deve estabelecer um ciclo permanente de diagnóstico, ação e monitoramento e avaliação (Movimento pela Base, 2019a, p. 5-12).

Outro ponto, bastante característico nas publicações do MPB, e que não ficou de fora deste documento, é a indicação de "boas práticas" profissionais. Ou seja, experiências "exitosas" ou "relevantes" de diferentes Estados e Municípios elencadas como uma forma de incentivar a adoção da prática de formação indicada por eles no guia.

Ao longo do documento é possível perceber também certa ambivalência sobre o papel do professor. Isto é, posições distintas e, de certo modo, conflitantes entre si. Ora apresenta-se o que é esperado dele, qual perfil deve assumir frente a tais mudanças curriculares, ora é

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

indicada a importância de sua autonomia para desempenhar suas ações. Vejamos essas ambivalências nos destaques a seguir:

> o papel do professor deve se assemelhar mais ao de um mediador. Ele deve auxiliar e criar condições para que os alunos desenvolvam o próprio potencial e para que adquiram conhecimento de forma contextualizada, relacionando e aplicando o saber à sua própria realidade.
> [...]
> A formação deve ainda evidenciar o currículo como ferramenta de autonomia, trazendo mais poder e possibilidades de escolha ao professor. É claro que as condições de trabalho e intelectuais também pesam, mas a formação pode abrir caminho para um percurso mais autônomo, em que o professor possa ter condições de ensinar cada vez melhor, satisfeito com a aprendizagem de seus alunos e feliz com sua escolha profissional.
> [...]
> Tudo começa com o reconhecimento do professor como um profissional. Um indivíduo com conhecimento adquirido por meio de experiência ou formação, que possui frustrações, receios, dúvidas legítimas, dificuldades, potenciais e vontade de aprender. O reconhecimento e a valorização das experiências e do saber do professor são essenciais para o planejamento e a execução da formação, colocando-o como protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento. Além disso, nas redes e escolas existem profissionais de alta qualidade que podem ser identificados, reconhecidos e valorizados, podendo assumir o papel de formadores.
> [...]
> é interessante uma leitura dos próprios docentes sobre quais são os principais desafios. Essa última é uma ótima oportunidade para valorizar o professor como profissional, dando voz e colocando-o como protagonista de seu desenvolvimento" (Movimento pela Base, 2019a, p.3, 9 e 11).

Esses são discursos ambivalentes, que ao mesmo tempo que "ditam" qual deve ser o papel do professor, qual deve ser a postura a ser assumida, também demonstram certa contradição ao indicar que o professor deve ter sua autonomia valorizada. Isto é, de ter a possibilidade de fazer escolhas em sua sala de aula. Escolhas estas que podem influenciar na aprendizagem de seus alunos e na sua satisfação profissional.

Não é possível deixar de mencionar também o destaque que fazem sobre o protagonismo docente e sobre a necessidade desse profissional precisar receber "a voz" para falar nessas formações. Neste sentido, no critério 7 é indicado que para se atingir maior eficácia na formação é preciso efetuar um diagnóstico, identificando as possíveis lacunas existentes em cada rede. Esse diagnóstico pode ser, por exemplo, uma apresentação da própria secretaria sobre suas condições, bem como das necessidades de formação dos professores. Neste momento, como forma de dar

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

"mais legitimidade e relevância" (Movimento pela Base, 2019a, p. 11) para formação, seria "oferecido" ao docente um espaço de fala, de "valorização". Segundo o documento:

> Também é interessante uma leitura dos próprios docentes sobre quais são os principais desafios. Essa última é uma ótima oportunidade para valorizar o professor como profissional, dando voz e colocando-o como protagonista de seu desenvolvimento (Movimento pela Base, 2019a, p. 11).

A ambivalência analisada continua sendo apresentada ao longo do documento. Se por um lado é indicado que a formação deve "dar voz" aos professores, que se deve valorizar sua autonomia e seu "poder de escolha", por outro lado revela-se a necessidade de "garantir" que as tais mudanças sejam implementadas. Para isso, é preciso indicar, nessas formações, "como ensinar", conforme pode ser observado na apresentação do critério 2:

> Para garantir que os professores tragam o currículo para o dia a dia e enxerguem as reais mudanças que a BNCC traz, é necessário o suporte de materiais e instrumentos que mostrem e o aproximem do como ensinar. Com o apoio dos materiais, as mudanças práticas que ocorrerão no trabalho do professor ficam mais explícitas (Movimento pela Base, 2019a, p. 6).

Outro ponto interessante é o discurso de uma formação continuada que aconteça de forma contínua. Isto é, que não seja em formato de palestras ou cursos, mas que tenha frequência constante. Ademais, esta deve ser estruturada considerando uma maior aproximação com os professores e com suas realidades. Outro ponto que não escapa é o acompanhamento e monitoramento dessa formação, como exposto no critério 1:

> Formação continuada não é curso, nem palestra. Deve ser algo contínuo, com encontros periódicos que acompanhem o desenvolvimento do professor e a presença de um formador que conheça a realidade da escola e das turmas. Além disso, para aprofundamento e reflexão sobre a prática do dia a dia, a formação deve acontecer na escola e prioritariamente entre pares. Por fim, a formação deve acontecer preferencialmente em serviço, ou seja, durante a carga horária de trabalho do professor, com um espaço físico de estudo e formação garantido.
>
> [...] avaliação é importante para entender se os professores estão colocando em prática os aprendizados da formação, como eles se autoavaliam e como estão se desenvolvendo no percurso formativo. Também é possível medir os efeitos da formação através da avaliação dos alunos, após um período considerável" (Movimento pela Base 2019a, p.6 e 12).

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

Vale destacar, neste último trecho, que a questão da avaliação de desempenho reaparece atrelada ao monitoramento da formação e da ação docente. Ou seja, uma estreita relação entre o desempenho escolar dos estudantes com a eficácia do trabalho das escolas e com o desempenho do professor. Esta é uma cultura que só potencializa a possível responsabilização do professor pelo êxito (ou não) de seus discentes. Dias (2021) aponta que esta estreita relação é constituída através de um modelo de valor agregado. Ainda segundo a autora:

> Tal vinculação, que esteve presente como tendência em modelos curriculares para a formação de professores por competências, nos anos 1960, em experiências estadunidenses, volta a se intensificar, na atualidade, nos textos políticos que intentam influenciar e produzir sentidos sobre a docência às propostas curriculares de diferentes países e regiões no mundo (Dias, 2021, p. 2).

Em nossa interpretação, a tentativa de controle da formação e da atuação docente torna-se ainda mais evidente à medida que se apresenta um discurso que tenta padronizar e prescrever o que se espera do professor. Segundo o documento, "deve haver homologia de processos: pautada nas competências e habilidades que os alunos devem desenvolver, a formação deve ser um espelho do que se espera que aconteça em sala de aula" (Movimento pela Base, 2019a). A definição deste conceito é apresentada pelo MPB da seguinte forma:

> Homologia de processos: se refere a um princípio de formação cuja a ideia é que o professor "experiencie as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende que venha a ser desempenhado nas suas práticas pedagógicas" (Brasil, 2000, p. 38) durante todo o processo formativo. Dito de outro modo: a formação deve contribuir para que os professores sejam capazes de planejar as suas ações didáticas à semelhança do vivenciado em seu processo formativo" (Movimento pela Base, 2019a, p. 14).

A afirmação apresentada no trecho em destaque aponta para uma formação prescritiva, cujo objetivo deve ser o de "treinar" os professores para que ajam como esperado, para que aprendam os conteúdos que devem ser ensinados. Na perspectiva em foco, o que parece é que o professor deve passar a ser ensinado a ensinar quando deveria ser educado para educar (Macedo; Frangella, 2016). Desta maneira, a política proposta tem tentado inferir significados sobre o exercício da docência centrado na dimensão instrucional.

Através da análise desse documento, percebemos as tentativas sem limites da padronização curricular e, sobretudo, do controle da (form)ação docente. A tentativa de

Revista Momento – diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 34, n. 1, p. 51-73, jan./abr., 2025.
DOI:
Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

controlar o que é ensinado e como deve ser ensinado, é uma ação que escapa à própria normatização curricular (Lopes, 2015). Ela representa um esforço para frear outras possibilidades de ensinar, de aprender, de ser e de agir na sociedade, remetendo-a a um registro arbitrário e que não leva em consideração a indecidibilidade que permeia as ações humanas.

Neste sentido, aproveitamos para reafirmar que a autonomia docente não pode ser (por mais que se tente) constrangida por projetos de formações prescritivas. Esses projetos apresentam um discurso com demandas ambivalentes, isto é, por um lado destacam e reconhecem a centralidade do professor para a efetivação das políticas educacionais e por outro partem da presunção de que a função docente é a de meramente executá-las da forma como é orientado por guias e manuais, como forma de se alcançar a tão almejada qualidade educacional.

A ação docente não pode ser cerceada porque, por mais que exista tentativa de regulação, sempre existirá os movimentos de escapes das decisões que são tomadas dentro de um campo indecidível. Portanto, não existem determinismos possíveis que representem a ação ou formação do professor e muito menos uma completude identitária desse profissional.

A tentativa de controle da (form)ação docente que vem sendo apresentada pela política da BNCC e articulada pelo Movimento pela Base é ilusória, pois tenta controlar o que não pode ser controlado. Por isso, é uma tentativa fadada ao fracasso! Porque desconsidera a existência dos múltiplos sentidos da (form)ação construídos em terrenos indecidíveis. Desconsidera também que tanto as tentativas de regulação quanto os processos de escape e de subversão às normatividades estabelecidas fazem parte das disputas de sentidos presentes na contingente luta política, submetida a todo momento aos antagonismos, conflitos e negociações dos mais variados atores sociais.

Considerações finais

Após as reflexões apresentadas neste artigo, pode-se afirmar que, através da atuação do MPB ao longo desses últimos dez anos, vai se tornando cada vez mais evidente a transferência de responsabilidades de um Estado que não tem conseguido responder com satisfação questões que seriam de sua alçada para grupos do terceiro setor (Ball, 2020). A crise do sistema educacional tem servido como uma perfeita linha antagônica (Laclau; Mouffe, 2015; Macedo, 2013, 2016b) para que instituições filantrópicas e empresas privadas (que formam o referido

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

Movimento) negociem sentidos e articulem diversas demandas, com objetivo de avançar com seus projetos para a educação.

Ademais, através desse estudo foi possível perceber que a rede política atuante em torno da BNCC apresenta fronteiras cada vez mais borradas na relação entre o público e o privado, não apenas no que compete à circulação de investimentos, mas do poder de influência que foi sendo construído e da circulação de pessoas que atuam ora em uma esfera ora em outra, quando não atuam concomitantemente nas duas.

Ao analisar tanto algumas publicações do MPB, como seus Relatórios Anuais e o documento "Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC", foi possível perceber sentidos ambivalentes sobre o papel do professor e de sua autonomia no processo de "implementação" da Base. Essas ambivalências, por exemplo, evidenciam o reflexo das negociações que estão em jogo na produção de uma política.

Uma negociação que, na perspectiva da Teoria da Discurso (Laclau; Mouffe, 2015), envolve a articulação entre elementos (diferenças) que se antagonizam e que, apesar disso, por compartilharem algum traço em comum (a defesa da educação de qualidade, por exemplo), conseguem ser negociados, preservando suas particularidades. Desta forma, conseguimos perceber essas ambivalências na construção desses discursos. Pois, apesar das demandas dos diferentes atores estarem unidas por um forte laço articulador e colocadas em cadeia de equivalência contra um antagonista, ainda assim preservam suas diferenças, suas particularidades.

Além deste ponto, também pudemos apontar como vão se apresentando discursivamente as tentativas de controle sobre a ação docente. Ou seja, através dos projetos que visam a centralização curricular e a tal "valorização dos professores" é proposto uma forma de manter a contingência ou, melhor, de tentar controlar o que acontece dentro das escolas (dentro de cada sala de aula), ajustando milimetricamente todas as ações possíveis que ajudarão no processo de construção e monitoramento da política em curso. Uma tentativa de estabilizar o que é naturalmente instável. Uma tentativa de controlar o que não é possível ter controle, pois acabam por desconsiderar (ou até mesmo minimizar, ainda que de forma frustrada) as subversões possíveis, os escapes, e a característica mais forte da docência: a imprevisibilidade. A política curricular produzida cotidianamente na escola é mais imprevisível do que a BNCC ou projetos em torno dela podem tentar nos fazer acreditar.

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

O que gostaríamos de chamar a atenção é de que, mesmo nessa tentativa de controlar os sentidos e as ações, a política que se desenrola na prática, ao tentar produzir a estabilidade, também "cria as possibilidades de romper com o que se apresenta estável." (Lopes, 2016, p.10). É com esse direcionamento que finalizamos este texto, mas não as possibilidades de investigação dessa temática.

Que através das reflexões apresentadas neste artigo, possamos nos atentar para o fato de que mesmo diante das estabilidades produzidas pela política, sempre haverá os movimentos de rompimentos que podemos fazer sobre elas, pois não há uma hegemonia que dure para sempre, ainda que se prolongue por muitos anos. Todos os projetos e ações políticas se inscrevem no campo da contingência e da precariedade, assim como a que tem se apresentado para a atual política curricular brasileira. Que possamos, então, continuar a refletir (e problematizar) sobre as articulações discursivas que são apresentadas nas políticas e, quem sabe, até mesmo desconstruir os discursos que tentam controlar os sentidos para o currículo e para a docência.

Referências

ARAUJO, Hellen Gregol. **A nova filantropia e a Base Nacional Comum Curricular**: a política investigada por redes. 2022. Tese. Faculdade de Educação UERJ. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/18131. Acesso em: 10 ago. 2023.

ARAUJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getulio Vargas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2118297, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092021000100119&lng=pt&nrm=iso. . Acesso em: 16 ago. 2023.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal/ Stephen J. Ball; tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Primeira Versão. Brasília: MEC, 2015.

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DIAS, Rosanne Evangelista. Desempenho regulando a docência nas políticas de currículo. **Cadernos de Educação** – UFPEL (online), v. 65, p. 1-24, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/21126. Acesso em: 18 ago. 2023.

DIAS, Rosanne Evangelista; FARIAS, Lívia; SOUZA, Cristiane. Tentativas de controle curricular na formação e no trabalho docente. In: LOPES, Alice; OLIVEIRA, Marcia (org). **Políticas de Currículo**: pesquisas e articulações discursivas. Curitiba: CRV, p. 251-268, 2017.

FUNDAÇÃO LEMANN. Movimento pela Base: a mobilização de atores e ideias para a construção da Base Nacional Comum Curricular. **Casos de impacto social**. 2022. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/08/casos-de-impacto-social-mpb.pdf. Acesso em 29 jun. 2023.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 163-230.

LOPES, Alice Casimiro. Normatividade e intervenção política: em defesa de um investimento radical. In: LOPES, Alice C., MENDONCA, Daniel (org.) **A teoria do discurso de Ernesto Laclau**: ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, p.117-147, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. IN: MENDONÇA, Daniel, RODRIGUES, Léo, LINHARES, Bianca (org.) **Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar**. São Paulo: Intermeios, p. 109-127, 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 280 p, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555out./dez. 2014. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666. Acesso em: 20 mar. 2023.

MACEDO, E.; FRANGELLA, R. de C. Políticas de currículo ou Base Nacional Comum: debates e tensões. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, abr./jun., 32(2):13-17, 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-469820160002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 jun 2023.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/vVSJcvg3S4ZxqPWGYPsCMBF/. Acesso: 10 mar. 2023.

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

MOUFFE, Chantal. Desconstrução, pragmatismo e a política da democracia. In: MOUFFE, Chantal. (org.). **Desconstrução e Pragmatismo**. 1. ed. Tradução de Victor Dias Maia Soares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 9-26.

MOVIMENTO PELA BASE. **Critérios da Formação Continuada para os Referenciais Curriculares alinhados à BNCC**. Movimento pela Base Nacional Comum, 2019a. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/01/PDF-Crit%C3%A9rios-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-v6-final.pdf. Acesso em: 13 jul de 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Formação continuada**: materiais para ajudar secretarias e gestores. Movimento pela Base, 18 jan. 2019b. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/acontece/formacao-continua-materiais-para-ajudar-secretarias-e-gestores/. Acesso em: 06 ago. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Relatório Anual 2021**. Movimento pela Base, 2021. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-anual-mpb-2021.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Relatório Anual 2022**. Movimento pela Base, 2022. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2023/05/relatorio-anual-movimento-pela-base-2023-1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE; OBSERVATÓRIO. **Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio**. c2023. Disponível em: www.observatorio.movimentopelabase.org.br. Acesso em: 03 jul. 2023.

Submissão em: 29/10/2024
Aceito em: 28/02/2025

Citações e referências conforme normas da: ABNT ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.